

23/01/2017 - Convergência Digital

Brasileiros preveem usar Internet das Coisas no trabalho em 2020

Boa parte dos profissionais brasileiros - 81% - acredita no uso de IoT (Internet das Coisas) - no qual os objetos estão conectados e trocam informações entre si, tomando decisões inteligentes, sem interferência humana - nos atuais ambientes de trabalho em até cinco anos. A constatação faz parte de um estudo global patrocinado por Dell e Intel, batizado de Future Workforce Study (Estudo sobre o Futuro da Força de Trabalho, em português). O levantamento, realizado pela empresa de pesquisas Penn Schoen Berland, consultou 3,8 mil profissionais de pequenas, médias e grandes companhias, em dez países, incluindo no Brasil.

O principal benefício no uso de IoT nos ambientes de trabalho, citado por 60% dos entrevistados no Brasil, é o uso de tecnologias mais inovadoras nas empresas. Em seguida, 57% dos brasileiros indicam que essas soluções devem facilitar a conexão

de equipamentos sem fio para compartilhar informações e conectá-los entre si; 37% apontam que devem permitir um uso mais eficiente da energia; 36% acreditam que tendem a permitir um melhor aproveitamento dos espaços de trabalho; e 23% apontam que a Internet das Coisas vai possibilitar a adaptação dos ambientes às preferências individuais (em termos de temperatura, alimentos, layout de mesas etc.).

Quando questionados sobre os atuais ambientes de trabalho, 47% dos brasileiros consideram que seus escritórios não são inteligentes o suficiente, 41% avaliam que são adequados e só 10% dizem que trabalham em escritórios bastante inteligentes. Ainda de acordo com o estudo, 89% dos profissionais no Brasil consideram importante que um ambiente de trabalho ideal tenha tecnologias que permitam que os colaboradores interajam remotamente.

23/01/2017 - Convergência Digital

Governo ainda autoriza isenções fiscais para investimentos em banda larga

O governo federal ainda tramita pedidos para a desoneração fiscal de redes de telecomunicações dentro do REPNBL, o regime especial de tributação do Plano Nacional de Banda Larga. Nesta segunda, 23/1, o Diário Oficial da União traz mais R\$ 35,4 milhões em projetos da Net com direito a isenção de PIS e Cofins. O prazo para a apresentação de projetos desse tipo terminou em junho de 2015. E os projetos deveriam estar concluídos até o fim de 2016. As aprovações publicadas no DOU saíram com data de 30 de novembro do ano passado.

Tratam-se de 22 projetos relativos redes de acesso em fibra óptica em São Paulo, Campinas, Bauru, Guarulhos, Barueri, Santo André, Osasco, Marília (em SP), na região metropolitana do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Novo Hamburgo, e Uruguai-

na (no RS), Vitória e Vila Velha (no ES), Maceió (AL), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Belém (PA), Florianópolis (SC), Cuiabá (MT) e Goiânia (GO).

No último balanço antes da deposição de Dilma Rousseff e da mudança de governo, o REPNBL tinha aprovado 1190 projetos, que no total somavam R\$ 15,5 bilhões. O programa foi criado em 2012 e tinha como meta antecipar cerca de R\$ 18 bilhões em investimentos em redes de telecom até 2016. A estimativa era de que nesse montante ele representasse desonerações tributárias de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões.



20/01/2017 - Telesíntese

Vivendi estaria disposta a vender participação na Telecom Italia

A francesa já tem 30% das ações da Mediaset, de conteúdo televisivo, mas quer o controle

A Vivendi, empresa francesa de telecomunicações, estaria disposta a abrir mão da participação que tem na Telecom Italia. O motivo é seu interesse na Mediaset, companhia de mídia pertencente ao ex-premiê italiano Silvio Berlusconi.

Atualmente, a Vivendi tem 24% da Telecom Italia, operadora que no Brasil controla a TIM, sendo sua maior acionista individual. Caso venda as ações, pode levantar € 3 bilhões, ao mesmo tempo em que deixa de enfrentar o escrutínio dos reguladores do

país, que já avisaram não permitir o controle em ambos os negócios.

A compra do controle da Mediaset não seria em dinheiro, mas realizada por troca de ações, o que faria de Berlusconi um sócio na Vivendi. Segundo o site Bloomberg, a Vivendi teria negado o plano. Diz que é um acionista de longo prazo da Telecom Italia (dona da TIM no Brasil), e não pretende vender sua participação. (Com agências internacionais).

20/01/2017 - Convergência Digital

700Mhz: Anatel nega pedido e teles têm de pagar R\$ 2,6 bi em janeiro

O conselho diretor da Anatel decidiu, em circuito deliberativo, negar o pedido de prorrogação de prazo para o pagamento da terceira parcela devida pelas operadoras de telefonia móvel à Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV (EAD). A terceira parcela vence no próximo dia 31 de janeiro de 2017, mas as operadoras queriam adiar o pagamento em 12 meses, para 31 de janeiro de 2018.

Na petição apresentada, a Algar S.A., Claro S.A., Telefônica do Brasil S.A. e Tim Celular S.A. alegaram que a EAD já teria recursos suficientes para executar o cronograma operacional para os próximos meses. As prestadoras também argumentaram que "o atual cenário macro econômico brasileiro ao exigir esforços significativos dos agentes econômicos para manterem-se eficientes justificariam a postergação do prazo para o pagamento da terceira parcela".

O edital de licitação da faixa de frequência de 700 MHz, determinou que as operadoras deveriam ressarcir os custos da redistribuição de canais de TV e RTV para a limpeza da faixa de frequência e também das soluções para os problemas de interferências prejudicial aos sistemas de radiocomunicação. A faixa de 700 MHz tem maior alcance e penetração, o que permite a prestação dos serviços de comunicação móvel nos centros urbanos com qualidade e menos investimentos para as operadoras. Com a digitalização da TV Aberta, o uso da faixa de 700 MHz utilizada para o sinal analógico passará a ser utilizado na prestação dos serviços de 4G.

O conselheiro da Anatel Euler de Moraes, relator do processo, disse em seu parecer que "não há fato externo que tenha redundado em prejuízo às proponentes vencedoras e que demande o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados", como ocorreu em 2016, quando a agência decidiu pela prorrogação de prazo. Para a consultoria Jurídica da Anatel, "a obrigação de aportes de valores à EAD não pode

ser condicionada à suficiência ou não de recursos, uma vez que o Edital não previu expressamente qualquer condicionante neste sentido".

O valor que deve ser pago pelas empresas foi parcelado em quatro vezes, a primeira (30%) foi feita 30 dias após a constituição da EAD; a segunda (30%), que deveria ter vencimento em 31 de janeiro de 2016, foi postergada para 31 de janeiro de 2017. Já a terceira (30%) deverá ser quitada até o final deste mês e a quarta e última (10%) em 31 de janeiro de 2018.

Vale lembrar que no leilão da frequência de 700 Mhz, as teles se comprometeram a destinar R\$ 3.6 bilhões para bancar a limpeza do espectro, atualmente ocupada pela TV aberta. O montante remunera as emissoras de TV quando deixam a faixa, fazer a campanha explicativa do desligamento do sinal analógico e comprar os conversores a serem distribuídos à população de baixa renda. A primeira parcela de - R\$ 1,44 bilhão.

A segunda parcela foi postergada e terá de ser paga, agora, ao final de janeiro, junto com a terceira parcela. Isso significa que as teles terão de pagar cerca de R\$ 2.6 bilhões. Quem atrasar o pagamento terá de pagar multa moratória de 0,33% ao dia, até o limite de 20%, além da correção monetária.



19/01/2017 - Convergência Digital

Oi e Claro lideram perdas e Brasil registra 13,745 milhões de acessos móveis a menos em 2016

Dados compilados pela Anatel - e divulgados nesta quinta-feira, 19/01 - mostram que o Brasil perdeu 13,745 milhões de linhas móveis em 2016 e fechou o ano com 244.066.759 de linhas móveis em operação, uma queda de 5,33%, em comparação com 2015. Em dezembro - ano tradicional de vendas por conta do Natal - o segmento registrou um decréscimo de 4.381.305 de linhas, o que representa uma queda de 1,76%, em relação a novembro.

O relatório da Anatel mostra ainda que nos últimos doze meses, três grupos tiveram um decréscimo de linhas móveis: Oi (12,32%), América Móvil - Claro S.A (8,8%) e Telecom Italia - Tim (4,25%). Entre novembro e dezembro de 2016, dois grupos sofreram uma queda no número de linhas ativas: Oi (7,13%) e América Móvil - Claro S.A (2,76%).

Nos últimos doze meses, os acessos pré-pagos sofreram queda de 10,75%, uma redução de 19.841.361 linhas móveis. Já os pós-pagos tiveram um aumento de 6.093.846 de linhas (8,32%). De novembro a dezembro de 2016, os pré-pagos tiveram redução de 5.286.274 de linhas (3,11%) e os acessos pós-pagos aumentaram 1,15%, um total de 904.969 linhas.

De acordo ainda com o órgão regulador, a queda do número de acessos móveis no ano passado foi consequência da redução da tarifa de interconexão (cobrada entre empresas fixas e móveis) e do valor de remuneração de uso de rede das prestadoras móveis (VU-M), praticados entre as operadoras. Com preços menores

das ligações de uma empresa para a outra, os consumidores cancelaram os chips de diferentes prestadores. A desaceleração econômica também contribuiu para encolhimento da base de acessos móveis.

Ranking nacional

A Vivo foi a única das quatro grandes operadoras do país a registrar crescimento de base no ano passado, da ordem de 0,7%, para 73.777.893. A empresa acumulou 283.100 linhas ativas na comparação com o final de setembro e ampliou a base em 509.434 linhas em relação a dezembro de 2015.

A Oi foi a operadora com o maior índice de perda - 12,3%, fechando 2016 com 42.138.249 de acessos ativos. O percentual correspondeu a uma redução de quase 6 milhões de linhas, das quais a maior parte, 4,2 milhões, ocorreu no quarto trimestre. A queda foi maior em dezembro com uma queda de 3,2 milhões de acessos na sua base de telefonia celular.

A TIM manteve a segunda posição no ranking nacional com 63.417.935 milhões de linhas ativas, um recuo de 4,25% na base. Mas teve um quarto trimestre melhor - com um crescimento de 170.866 mil acessos, especialmente no 4G. Já a Claro, do grupo América Móvil, fechou 2016 com uma queda de 8,8% na base de celulares e fechou dezembro com 60.170.933 milhões de acessos ativos. No quarto trimestre, a queda foi substancial: 3,35 milhões de linhas ativas.

23/01/2017 - Rede Brasil Atual

Leis trabalhistas 'flexíveis' aumentam mortes por excesso de trabalho no Japão

Pesquisador japonês culpa lei similar à que Temer quer aprovar no Brasil pelos casos de "karoshi", as ditas mortes por excesso de trabalho

Repórter Brasil – O suicídio de uma funcionária da maior agência de publicidade do Japão gerou nova onda de debates sobre as mortes relacionadas ao excesso de trabalho naquele país. Há meses Maturi Takahashi, uma funcionária da Dentsu, vinha fazendo mais de 100 horas extras mensais, e relatava nas redes sociais uma rotina exaustiva de pressão no trabalho e poucas horas de sono. Em dezembro de 2015, Maturi pulou do alto do dormitório da Dentsu onde morava. O caso veio à tona apenas oito meses depois, quando uma investigação do governo federal enquadrou seu suicídio como mais um episódio de "karoshi" – termo cunhado pelos japoneses para designar as mortes causadas por jornadas extenuantes.

Para o presidente da Sociedade Japonesa de Pesquisa em Karoshi, Koji Morioka, uma das principais causas dessa realidade são as leis trabalhistas japonesas. Elas permitem que empresas e sindicatos negociem horários de trabalho para além do limite legal de oito horas por dia – justamente uma das mudanças que o governo Temer quer implementar no Brasil. Em entrevista à Repórter Brasil, Morioka alerta: "se o governo e o parlamento brasileiros fizerem reformas que

permitam jornadas prolongadas, as horas extraordinárias serão em breve mais longas, e as mortes por excesso de trabalho aumentarão".

O governo federal enviou à Câmara dos Deputados em dezembro sua proposta de reforma trabalhista através do projeto de lei 6787/2016. Ele estabelece diversos pontos onde acordos coletivos entre sindicatos e empregadores passariam a ter força legal. A jornada de trabalho é um deles, ficando apenas limitada a um patamar máximo de 220 horas mensais. Não há, por exemplo, a previsão de um limite diário para as horas trabalhadas. Tampouco está claro como seriam contabilizadas as horas extras.

No Japão, foram registrados 1.456 pedidos formais de indenização por karoshi nos doze meses anteriores a março de 2015. Trabalhadores nas áreas da saúde, assistência social e construção civil estão entre os maiores atingidos.

Como mudar essa realidade? Para o pesquisador, ao invés do Brasil seguir o exemplo japonês, o Japão é que deveria adotar parâmetros similares aos previstos na lei brasileira: jornada regular de oito horas e acrescidas de, no máximo, duas horas extras por dia.

Leia mais em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/01/leis-trabalhistas-flexiveis-aumentam-mortes-por-excesso-de-trabalho-no-japao>

20/01/2017 - Rede Brasil Atual

País perde 1,3 milhão de vagas formais em 2016, com queda em todos os setores

A construção civil teve a maior retração, de 13%, perdendo 359 mil empregos com carteira. Os serviços cortaram 390 mil

São Paulo – O país eliminou 1.321.994 vagas com carteira assinada em 2016, queda de 3,33%, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado hoje (20) pelo Ministério do Trabalho. Todos os setores fecharam postos de trabalho, com destaque para o da construção civil, que teve a maior queda: 13,48%, o correspondente a 358.679 empregos formais a menos. Em quantidade, a maior perda foi nos serviços, com corte de 390.109 vagas (-2,28%).

O resultado do ano, com 14,739 milhões de contratações e 16,061 milhões de demissões, é o segundo pior da série ajustada, iniciada em



2002. Agora, o estoque de empregos formais no país agora está em 38,371 milhões.

Entre os demais setores, a indústria de transformação perdeu 322.526 empregos com carteira, redução de 4,23%, enquanto o comércio eliminou 204.373 (-2,22%). Também cortaram postos de trabalho o setor extrativo-mineral (11.888, -5,67%), a administração pública (8.643, -0,97%) e a agricultura (13.089, -0,84%).

Segundo o ministério, apesar do resultado ruim, a crise está "perdendo fôlego", já que o fechamento de vagas foi menor do que em 2015 (1.534.989).

Apenas em dezembro, o Caged registrou a eliminação de 462.366 empregos formais.



20/01/2017 - CUT

'Delatado, Temer não tem condições para nomear ministro do STF', diz professor da USP

Professor titular da USP afirma que presidente não tem legitimidade para escolher substituto de Teori Zavascki

O presidente Michel Temer, por ser mencionado nas delações da Operação Lava Jato, não tem condições de nomear um novo ministro para o Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição a Teori Zavascki, morto ontem (19), num acidente aéreo em Paraty (RJ). É o que afirma o professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Gilberto Bercovici, em entrevista à Rádio Brasil Atual, hoje (20). Pelo regimento do STF, o ministro a ser nomeado herdará todo o processo da Operação Lava Jato, o que inclui a homologação de dezenas de delações premiadas de empreiteiras, o que pode implicar Michel Temer, além da cúpula de partidos como o PMDB e o PSDB.

"O maior agravante é que ele (Temer) é mencionado nas delações. É complicado nomear alguém que pode investigá-lo. É uma situação moral complicada. Eu, par-

ticularmente, acho que Temer não tem a mínima condição de nomear um substituto para Teori, porque, independentemente da qualidade do indicado, a pessoa terá a suspeição da população", explica o professor.

Segundo Gilberto, além do fato de ser delatado, outro motivo que deslegitima a nomeação por Temer é o fato de não ter sido eleito diretamente. "Na realidade, o atual presidente não tem a legitimidade do voto popular. O ministro indicado pelo presidente, na verdade, é indicado por alguém eleito pelo povo, daí vem a legitimidade do STF."

Bercovici também critica a pressa da imprensa tradicional para a escolha do substituto de Teori.

18/01/2017 - Rede Brasil Atual

Governo Temer aprofunda redução do emprego no setor público

Apenas quatro empresas fecharam 30 mil vagas em três anos. Novos programas de demissão podem fazer corte superar 55 mil

São Paulo – A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) abriu nesta semana um programa de demissões voluntárias para o qual espera adesão de 8.200 funcionários, de um total aproximado de 117 mil, até meados de fevereiro. Planos de demissão ou de estímulo à aposentadoria em empresas públicas têm sido comuns nos últimos anos, mas o atual governo caminha para aprofundar a redução de pessoal.

Desde 2013, segundo dados parciais, obtidos nos relatórios administrativos das próprias companhias, apenas quatro das maiores empresas – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, ECT e Petrobras – fecharam 30 mil postos de trabalho. Com novos programas em curso ou por vir, esse total chega a aproximadamente 55 mil.

A Petrobras fechou 2013 com 86.811 funcionários diretos. No terceiro trimestre do ano passado, último dado disponível, estava com 71.152, um corte próximo de 16 mil postos de trabalho, ou 18%. A companhia fez dois programas de incentivo ao desligamento voluntário (PIDVs), em 2014 e 2015. Alguns funcionários ainda devem deixar a empresa, que reduziu investimentos e tem vendido ativos, em processo que os petroleiros chamam de "desmonte" em favor do setor privado.

De 2013 para 2014, os Correios fecharam 5 mil vagas, de 125.420 para 120.461. A empresa continuou reduzindo, e em abril do ano passado estava com 117.405 funcionários diretos, sendo 59.718 carteiros. No PDV aberto agora, que vai até 17 de fevereiro, a empresa tem 17.700 trabalhadores considerados "elegíveis",

EMPRESAS PÚBLICAS FECHAM VAGAS		
EMPRESA	FUNCIONÁRIOS	
	2013	2016*
BANCO DO BRASIL	112.216	109.159
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	98.200	95.100
CORREIOS	125.420	117.405
ELETRORBRAS	22.550	22.989
PETROBRAS	86.811	71.152

*Dados de 2016 referem-se ao terceiro trimestre, com exceção dos Correios, que são de abril

Fontes: relatórios das empresas

mas espera adesão de 8.200. O público é formado por funcionários com 55 anos ou mais e pelo menos 15 anos de serviço. Sindicatas apontam, como consequência, piora na qualidade dos serviços prestados. Confirmadas as 8.200 adesões, o número de vagas fechadas desde 2013 vai superar 16 mil, queda de 13% no emprego.

Outro alvo recente do "ajuste", a Caixa federal – que em 2013 chegou a contratar 8 mil funcionários, dispensando 2.700 (incluindo aposentadorias) –, passou de 101.500, no ano seguinte, para 95.100 no terceiro trimestre de 2016. A redução atingiu também estagiários e aprendizes, que foram de 16.300 para 14.800 no mesmo período. A meta do programa de demissões deve atingir de 8 mil a 10 mil trabalhadores.

Ainda no setor financeiro, o Banco do Brasil, já havia reduzido seu quadro de pessoas de 111.628 empregados, no final de 2014, para 109.159 até o terceiro trimestre do ano passado. E cortou mais de 9 mil após programa aberto no final de 2016.

A holding Eletrobras manteve estável seu quadro de pessoal nos últimos anos, entre 22 mil e 23 mil funcionários. No terceiro trimestre, tinha 22.989 (23.533 no ano anterior), sendo 15.583 operacionais e 7.406 administrativos, 4.556 na Chesf e 3.751 em Furnas. Mas também tem planos de redução.